

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Porto Sudeste do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. - (“Porto Sudeste” ou “Companhia”), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativo ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o exercício de 2023, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

Visão Geral sobre os Títulos Perpétuos de Remuneração Variável

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Lux 2 S.A.R.L. (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o ticker MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“Port11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) *Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”)*: um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos Port11 - sendo que cada Título Port11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) *Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”)*: uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, o Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem a Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos Port11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Através da conclusão da Oferta de Permuta, a Porto Sudeste possui obrigação de pagamento aos veículos acima e à MMX, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Há 983.407.010 Títulos Port11 emitidos, sendo 98,61% detidos pelo PSR, 0,43% detidos pela Porto V.M. e 0,96% detidos pela MMX.

Para mais informações, a escritura de emissão dos Títulos Port 11 está disponível no website da Porto Sudeste do Brasil.

Cálculo dos Royalties

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

Em que:

R = *royalties* devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator Proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
TMMF	-	-	-	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1
TMOOC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,11	-

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

No 4º trimestre de 2023, o Porto Sudeste embarcou 7.105 mil toneladas de minério de ferro (TMMF) e zero toneladas de outras cargas (TMOOC), que multiplicado pelo valor atualizado por tonelada de US\$ 6,37 (VpTMF e VpTDC) resultou em *royalties* de US\$ 45.258 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$ 219.107 mil no período. O acumulado de *Royalties* até esse trimestre é de US\$ 1.335.340 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$6.464.781 mil. Nenhum montante foi pago até este trimestre.

A Porto Sudeste VM, subsidiária integral da Porto Sudeste, tem US\$ 5.742 mil de *royalties* acumulados a receber, que convertidos para Reais totalizou R\$ 27.799 mil referente a quantidade de Títulos Port11 que detém (proporção de 0,43% do total).

Reconciliação entre quantidade embarcada e valores pagos a título de Royalties (acumulado)	Embarcado 1º Trimestre 2023	Embarcado 2º Trimestre 2023	Embarcado 3º Trimestre 2023	Embarcado 4º Trimestre 2023	Take-or-pay/Embarcado Acumulado
Volume TMMF (milhares de toneladas)	5.144	6.961	6.926	7.105	235.667
Volume TMOC (milhares de toneladas)	-	-	-	-	106
Preço por Tonelada (USD)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
PPI acumulado	1,37	1,37	1,37	1,37	0,66
Valor por Tonelada (USD)	6,37	6,37	6,37	6,37	5,66
Royalty Porto Sudeste (USD mil)	32.765	44.342	44.116	45.258	1.335.340
PSVM11 emitidos por Porto Sudeste V.M. S.A. em proporção a totalidade dos títulos Port11	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%
Royalty Porto VM Calculado (USD mil)	141	191	190	195	5.742
Caixa disponível para pagamento de Royalties	-	-	-	-	-
Royalty pagável	-	-	-	-	-

Pagamento dos Royalties

O pagamento de *Royalties* em cada trimestre será realizado em até 60 dias a contar do fim de cada trimestre civil e está condicionado à existência de caixa disponível para pagamento dos *Royalties*, apurado após o desconto de tributos aplicáveis, custo caixa das operações, despesas operacionais, despesas de capital para manutenção, valores oriundos da reversão de determinadas provisões de caixa, bem como respeitada a preferência de determinados credores da Porto Sudeste, tudo nos termos da cláusula 5.2 da escritura de emissão dos Títulos Port 11 (“Caixa Disponível para Royalties”).

Os *Royalties* serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o Caixa Disponível para *Royalties* apurado pela Porto Sudeste não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos *Royalties* até então determinados, tais *royalties* não pagos deverão ser adicionados ao montante dos *Royalties* do próximo trimestre. Os *Royalties* apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado Caixa Disponível para *Royalties* suficiente para tanto.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então corrente *Royalties* o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até o último dia de tal trimestre civil (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2023, a Porto Sudeste realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos Port11.

Caixa Gerado para Pagamento de Royalties (em milhares de reais)	1° Trimestre 2023	2° Trimestre 2023	3° Trimestre 2023	4° Trimestre 2023
Recebimento	336.483	389.417	268.876	368.781
Tributos Aplicáveis	(51.150)	(59.505)	(56.678)	(78.740)
Custo das Operações	(56.243)	(55.683)	(54.055)	(73.026)
Investimentos	(23.010)	(17.788)	(38.479)	(33.287)
Despesas Operacionais	(15.971)	(20.366)	(22.242)	(23.968)
Subtotal Geração de Caixa da Firma	190.109	236.075	97.422	159.760
Juros e Amortização da Dívida Sênior	(194.598)	(239.910)	(101.523)	(165.499)
Total Caixa gerado para Pagamento de Royalties	(4.489)	(3.835)	(4.101)	(5.739)

O saldo de caixa existente na Porto Sudeste (visão Controladora) refere-se ao saldo de aportes dos acionistas e a saldos que devem ser mantidos em contas para atender alguma obrigatoriedade operacional, como a conta de garantia para compra de energia e Pis/Cofins depositados em juízo. Neste trimestre, não houve saldo de Caixa Disponível para pagamentos de *Royalties*.

Caixa Disponível para Pagamento de Royalties (em milhares de reais)	1° Trimestre 2023	2° Trimestre 2023	3° Trimestre 2023	4° Trimestre 2023
Saldo Disponível em Caixa ou Contas Bancárias	22.905	22.902	7.052	5.791
Saldo Contribuído pelos Acionistas e Saldos Obrigatórios	(22.905)	(22.902)	(7.052)	(5.791)
Saldo Caixa Disponível para Pagamento de Royalties	-	-	-	-

Contabilização do Port11

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos Port11 no Passivo, com base no Valor Presente do Fluxo de Caixa Projetado do pagamento dos *Royalties*. Ou seja, o valor apresentado no Balanço Patrimonial é diferente do montante de *royalties* acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no Ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos Port11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no Passivo.

A mensuração desses títulos Port 11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,71% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, expectativas de preços da commodity, movimentação de outros granéis sólidos, operações de transbordo a contrabordo de petróleo, entre outros

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$3.678.868, que convertidos para Reais totalizou R\$17.810.506 (US\$2.638.831 em 31 de dezembro de 2022, que convertidos para Reais totalizou R\$13.768.633). Destes totais, os valores correspondentes aos títulos PSVM11 são representados na data base de 31 de dezembro de 2023 em US\$15.669, que convertidos para reais totalizou R\$75.859 (US\$11.239 em 31 de dezembro de 2022, que convertidos para reais totalizou R\$58.644).

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$13.059 mil em 31 de dezembro de 2023 (comparado a R\$14.074 mil em 31 de dezembro de 2022), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

Itaguaí, 21 de março de 2024.

A Administração.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras condensadas individuais e consolidadas... ..	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Porto Sudeste do Brasil S.A.
Itaguaí/RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC RJ-116384/O

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.791	37.848	182.716	99.223
Contas a receber de clientes	5	29.873	53.598	29.873	53.598
Contas a receber com partes relacionadas	16	623.388	180.120	928.188	410.890
Estoques	6	74.498	65.555	213.332	141.532
Impostos a recuperar		9.222	1.444	11.642	5.837
Dividendos a receber		-	1.448	-	-
Adiantamentos	8	14.242	37.500	14.242	37.500
Outros		-	6.115	3.521	9.647
Total do ativo circulante		757.014	383.628	1.383.514	758.227
Não circulante					
Depósitos vinculados	7	13.611	12.318	13.611	12.318
Impostos a recuperar		2.390	-	4.776	-
Investimentos	9	44.684	48.781	-	-
Imobilizado	10	6.427.652	7.069.194	6.468.793	7.114.427
Intangível	11	10.414.859	11.395.499	10.414.859	11.395.499
Depósitos judiciais	19	74.447	55.714	74.846	56.102
Outros		-	71	58	133
Total do ativo não circulante		16.977.643	18.581.577	16.976.943	18.578.479
Total do ativo		17.734.657	18.965.205	18.360.457	19.336.706

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	59.768	67.313	499.512	123.320
Empréstimos e financiamentos	13	90.162	9.779	368.192	487.541
Impostos e contribuições a recolher	15	59.448	17.704	66.236	20.206
Partes relacionadas	16	35.665	61.912	42.503	5.242
Adiantamentos de clientes		534	249	2.601	249
Encargos trabalhistas		27.214	23.787	27.214	23.787
Outros		-	-	-	874
Total do passivo circulante		272.791	180.744	1.006.258	661.219
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	5.741.693	6.335.167	5.741.693	6.335.167
Títulos de remuneração variável	14	17.797.448	13.754.560	17.797.448	13.754.560
Provisão Passivo a descoberto	9	107.682	108.999	-	-
Provisão de contingências	18	8.177	7.476	8.192	7.501
Total do passivo não circulante		23.655.000	20.206.202	23.547.333	20.097.228
Patrimônio líquido	20				
Capital social		3.148.590	3.106.990	3.148.590	3.106.990
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	41.600	-	41.600
Ajustes acumulados de conversão		77.705	364	77.705	364
Prejuízos acumulados		(9.419.429)	(4.570.695)	(9.419.429)	(4.570.695)
Total do patrimônio líquido		(6.193.134)	(1.421.741)	(6.193.134)	(1.421.741)
Total do passivo e patrimônio líquido		17.734.657	18.965.205	18.360.457	19.336.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita, líquida de venda de bens	21	1.582.898	1.121.262	6.669.856	4.149.051
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(617.396)	(465.281)	(5.635.200)	(3.500.842)
Resultado bruto		965.502	655.981	1.034.656	648.209
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(80.458)	(86.768)	(81.485)	(87.352)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(8.381)	(23.844)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(3.153.216)	2.590.138	(3.153.213)	2.589.982
		(3.242.055)	2.479.526	(3.234.698)	2.502.630
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(2.276.553)	3.135.507	(2.200.042)	3.150.839
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		595.540	797.957	676.359	1.062.473
Despesas financeiras		(3.167.721)	(4.487.101)	(3.323.072)	(4.766.949)
		(2.572.181)	(3.689.144)	(2.646.713)	(3.704.476)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(4.848.734)	(553.637)	(4.846.755)	(553.637)
Imposto de renda e contribuição social	17	-	-	(1.979)	-
Prejuízo do exercício		(4.848.734)	(553.637)	(4.848.734)	(553.637)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(4.848.734)	(553.637)	(4.848.734)	(553.637)
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	77.341	(109.257)	77.341	(109.257)
Total dos resultados abrangentes	(4.771.393)	(662.894)	(4.771.393)	(662.894)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Consolidado				
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.081.370	12.810	109.621	(4.017.058)	(813.257)
Integralização de Capital	25.620	(25.620)	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	54.410	-	-	54.410
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(109.257)	-	(109.257)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(553.637)	(553.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.106.990	41.600	364	(4.570.695)	(1.421.741)
Integralização de Capital	41.600	(41.600)	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	77.341	-	77.341
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.848.734)	(4.848.734)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.148.590	-	77.705	(9.419.429)	(6.193.134)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda	(4.848.734)	(553.637)	(4.846.755)	(553.637)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	332.554	256.902	332.560	256.914
Baixa do Imobilizado	3.968	-	3.968	-
Outras amortizações	70.044	9.455	70.044	9.492
Resultado de equivalência patrimonial	8.381	23.844	-	-
Atualização dos royalties	5.110.223	493.876	5.110.223	493.876
Variação monetária e juros	570.786	546.138	635.267	565.387
Outras provisões	6.343	32.629	218.530	32.590
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	36.427	(36.002)	36.427	(36.002)
Contas a receber - parte relacionada	(457.148)	(107.479)	(608.560)	(381.574)
Adiantamentos diversos	(42.274)	(40.115)	(351.528)	(40.152)
Dividendos	1.448	-	-	-
Estoques	(14.176)	(5.596)	(77.839)	192.578
Depósitos judiciais	(4.707)	(10.994)	(4.718)	(10.855)
Impostos a recuperar	(61.604)	(48.963)	(61.977)	(50.486)
Adiantamentos de cliente	1.480	192	3.586	192
Fornecedores	20.160	24.666	495.138	(28.667)
Impostos e contribuições a recolher	92.933	59.833	95.200	59.123
Obrigações com terceiros	(4.224)	1.919	(4.224)	1.919
Partes relacionadas	(23.651)	57.493	(17.682)	58.163
Juros pagos	(250.565)	(284.709)	(285.077)	(298.837)
Outros ativos	6.038	11.306	6.038	7.784
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	553.702	430.758	748.621	277.808
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(124.751)	(120.286)	(127.582)	(120.286)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(600)	(970)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(125.351)	(121.256)	(127.582)	(120.286)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	54.410	-	54.410
Empréstimos captados	-	-	1.542.423	2.008.607
Fiança bancária	(29.772)	(30.402)	(29.772)	(30.402)
Empréstimos liquidados- pagamento de principal	(420.596)	(308.912)	(2.126.900)	(2.179.709)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	(450.368)	(284.904)	(614.249)	(147.094)
Diferença cambial líquida				
Variação cambial	(10.040)	3.646	76.703	12.257
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(32.057)	28.244	83.493	22.685
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	37.848	9.604	99.223	76.538
No fim do exercício	5.791	37.848	182.716	99.223
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(32.057)	28.244	83.493	22.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. ("Porto Sudeste" ou "Companhia") foi constituída em 7 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste ("Terminal" ou o "Porto Sudeste"). A Companhia está sediada na Rua Félix Lopes Coelho, 222, Ilha da Madeira, Itaguai, Rio de Janeiro.

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. ("Pedreira"), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. ("TCS"), Porto Sudeste VM S.A. ("Porto VM") e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. ("Trafigura") e EAV Lux 2 S.A.R.L. ("Mubadala"), por meio de investidas no Brasil, são titulares, em conjunto, de 99,35% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações.

Os controladores Trafigura e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado positivo de R\$377.256 mil, prejuízo no exercício de R\$4.848.734 mil (impactado pelo aumento da valoração dos títulos Port11, conforme Nota 14) e prejuízos acumulados consolidados de R\$9.419.429 mil, e dessa forma, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 é negativo em R\$6.193.134 mil. A Companhia encerrou o exercício com uma posição consolidada de caixa de R\$182.716 mil.

A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e desde então vem crescendo seu volume de movimentação anual e expandindo seus serviços para outros graneis. Conseqüentemente, a geração de caixa operacional vem atingindo patamares cada vez mais robustos e superiores as necessidades dos serviços da dívida. De acordo com o modelo de negócios da Companhia, para os próximos 12 meses, estão estimados aportes de R\$105.277 mil (equivalente a US\$20.868 mil), que devem ser disponibilizados pelos acionistas considerando limitações atuais impostas pelos contratos da dívida sênior em relação a investimentos em novos negócios, que não podem ser quitadas a partir do fluxo de caixa operacional.

No 4º trimestre de 2023, a Companhia embarcou aproximadamente 7,1 milhões de toneladas de minério de ferro. A Companhia também movimentou outras cargas nesse trimestre, através do desembarque de 73 mil toneladas de carvão e 8 operações de transbordo de petróleo entre navios atracados (*ship-to-ship*), quantidades ainda pouco representativas quando comparadas ao minério de ferro. No acumulado do ano, totalizou-se aproximadamente 26,1 milhões de toneladas de minério de ferro, 0,3 milhões de toneladas de outros graneis sólidos e 9 operações de transbordo de petróleo. Este foi o melhor desempenho da história do Porto Sudeste, refletindo

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

todos os esforços que a Companhia vem executando nos últimos anos.

A boa performance operacional refletiu positivamente no desempenho financeiro da Companhia. Todo excesso de geração de caixa foi destinado ao pagamento de principal da dívida sênior, através do mecanismo de *cash sweep* que considera um fator de distribuição de 100% até dezembro de 2023.

O prejuízo contábil líquido foi impactado, principalmente, pelo efeito dos Títulos Port11 contabilizados no Passivo (Nota 14), que é marcado a valor justo, portanto, uma melhor expectativa de seu pagamento gera um aumento no seu valor presente.

Licenças

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50 milhões de toneladas por ano, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ. Esta concessão é de 25 anos, prorrogável por mais 25 anos. No ano de 2014, após concluir a primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se desde então, plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar a primeira fase do Terminal. Além da liberação da agência reguladora, a primeira fase do terminal encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso *offshore*, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50 milhões de toneladas por ano), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015 e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o TLO número 11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas.

Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de licenciamento para movimentação de granéis líquidos. Em 2022, a cia realizou suas primeiras operações de transbordo de petróleo na modalidade atracado, atendendo empresas que exploram petróleo no pré-sal.

Em continuidade ao processo de diversificação das operações, no dia 27 de dezembro de 2022, conforme publicado em Diário Oficial, a companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, o Termo de Licença de Instalação (TLI), que permite a

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

construção e implantação para expansão da capacidade do terminal marítimo, de 50 milhões de toneladas adicionais por ano de graneis líquidos, totalizando 100 milhões de toneladas.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 21 de março de 2024, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras-- Continuação

c) Moeda funcional

Com o início das operações em 1º de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares norte-americanos. Desta forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar norte-americano. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão".

d) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
Controladas diretas						
Pedreira	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Logística
Porto VM	100%	100%	100%	100%	Brasil	Detentora de parte dos títulos de royalties
Porto Sudeste Exportação	100%	100%	100%	100%	Brasil	Compra e venda de minério

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- (ii) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das controladas.
- (iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as Companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.
- (iv) Os saldos das transações com as controladas são eliminados e as participações que cabem aos demais quotistas são destacadas no balanço patrimonial e resultado.
- (v) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contém um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ajustados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Sendo assim, esses investimentos são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada ou coligada. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.4. Investimentos--Continuação

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante no resultado.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade operada para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%.
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Todas as subsidiárias da Porto Sudeste são tributadas no regime do lucro real.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.9. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, com base em uma estimativa confiável do valor. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.10. Receita de contrato com cliente

A IFRS 15, equivalente à norma CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.10. Receita de contrato com cliente--Continuação

A IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

i) Venda de produtos

A Companhia entende que o reconhecimento da receita ocorrerá quando o controle do produto é transferido para o cliente, geralmente na entrega da mercadoria.

A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado externo ocorre no momento do carregamento das embarcações para transporte.

ii) Prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. A principal atividade da Companhia consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações.

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: mensuração dos títulos de remuneração variável, reconhecimento e análise de recuperabilidade de créditos fiscais, vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

3.13. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são contratações de serviços portuários e foram , como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

3.14 Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

i) IFRS 17 - Contratos de seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

ii) Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.14 Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023-- Continuação

iii) Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

iv) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras.

v) Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.14 Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023-- Continuação

- v) Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12--Continuação

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	877	12.053	1.532	12.925
Equivalentes de caixa	4.914	25.795	181.184	86.298
	5.791	37.848	182.716	99.223

A Companhia investe em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") diretamente de instituições financeira de primeira linha às quais mantém relacionamento e realiza Operações Compromissadas com lastro em títulos privados, emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI ("CDI"), sem carência e com liquidez imediata.

Os investimentos do caixa são realizados em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados de 75% e 93% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), respectivamente.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviço portuário	29.873	53.598	29.873	53.598
	29.873	53.598	29.873	53.598

Os montantes em aberto em 31 de dezembro de 2023 foram substancialmente recebidos até o mês de janeiro de 2024. A administração não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Brita	-	-	1.899	2.204
Minério de ferro	-	-	136.935	73.344
Almoxarifado	74.498	65.555	74.498	65.984
	74.498	65.555	213.332	141.532

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a avaliação de seu estoque comparando-o ao preço de mercado e não identificou necessidade de registro de quaisquer provisões para perdas em estoque de minério de ferro, seja por motivos de obsolescência ou por redução ao valor recuperável.

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trustee ACC Itaú BBA (*)	13.611	12.318	13.611	12.318
	13.611	12.318	13.611	12.318

(*) Bloqueios temporários de parte das aplicações financeiras (*Trustee Account*), referentes à compra de terrenos para expansão do Porto Sudeste. O montante será realizado mediante obtenção das escrituras definitivas dos terrenos. Estes depósitos estão investidos em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados entre 63% e 106% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despachos aduaneiros	2.596	2.752	2.596	2.752
Combustível	3.713	9.349	3.713	9.349
Energia	3	2.580	3	2.580
Serviços	4.760	11.896	4.760	11.896
Máquinas e equipamentos	775	8.488	775	8.488
Outros	2.395	2.435	2.395	2.435
	14.242	37.500	14.242	37.500

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de junho de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções.

TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando à concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcaças e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias.

Porto Sudeste VM S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto VM foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de *royalties* como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 14.

Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro gusa e subprodutos.

Movimentação dos investimentos

	2022	Equivalência patrimonial (*)	Aumento de capital	Efeito da conversão para reais	2023
Pedreira	19.214	(566)	-	(1.462)	17.186
TCS	29.258	(291)	450	(2.114)	27.303
Porto VM	309	(243)	150	(21)	195
	48.781	(1.100)	600	(3.597)	44.684

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

	Controladora - Passivo a Descoberto				
	31/12/2022	Equivalência patrimonial (*)	Aumento de capital	Efeito da conversão para reais	31/12/2023
Porto Sudeste Exportação	(108.999)	(7.281)	-	8.598	(107.682)
	(108.999)	(7.281)	-	8.598	(107.682)

(*) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial totalizando R\$8.381.

Participações societárias e resumo das investidas

	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	2023				Resultado do período
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	
Pedreira	99,98%	49.001	19.330	2.145	17.185	72	(566)
TCS	99,98%	3.447	2.277	-	2.277	-	(291)
Porto VM	100%	-	76.078	75.883	195	-	(243)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.518.729	1.626.411	(107.682)	5.933.431	(7.281)

	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	2022				Resultado do período
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	
Pedreira	99,98%	49.001	26.720	7.506	19.214	-	(66)
TCS	99,98%	3.447	2.286	-	2.286	-	(300)
Porto VM	100%	-	59.017	58.708	309	-	(401)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	508.736	617.735	(108.999)	3.531.755	(23.077)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento	Edificações e benfeitorias	Outros	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	143.031	1.329.391	185.766	150.614	5.817.939	73.932	7.700.673
Adições	86	7.916	-	125.144	-	7.494	140.640
Transferências	2	(3.379)	-	1.021	-	2.356	-
Depreciação no exercício	(13.515)	(58.793)	-	-	(94.059)	(1.771)	(168.138)
Efeito da conversão para reais	(15.870)	(108.221)	(12.262)	(6.507)	(410.187)	(5.701)	(558.748)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	113.734	1.166.914	173.504	270.272	5.313.693	76.310	7.114.427
Adições	533	38.767	-	79.086	602	8.594	127.582
Baixa	-	(3.968)	-	-	-	-	(3.968)
Transferências	89.116	72.014	-	(131.347)	2.983	(32.766)	-
Depreciação no exercício	(22.985)	(85.431)	-	-	(94.079)	(2.160)	(204.655)
Efeito da conversão para reais	(18.913)	(109.233)	(13.330)	(10.600)	(406.463)	(6.054)	(564.593)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	161.485	1.079.063	160.174	207.411	4.816.736	43.924	6.468.793
Saldos acumulados							
Custo	162.459	1.149.318	126.188	262.376	4.703.060	77.805	6.481.206
Depreciação acumulada	(72.871)	(270.774)	-	-	(732.274)	(7.048)	(1.082.967)
Efeito da conversão para reais	24.146	288.370	47.316	7.896	1.342.907	5.553	1.716.188
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	113.734	1.166.914	173.504	270.272	5.313.693	76.310	7.114.427
Custo	252.108	1.256.131	126.188	210.115	4.706.645	53.633	6.604.820
Depreciação acumulada	(95.856)	(356.205)	-	-	(826.353)	(9.208)	(1.287.622)
Efeito da conversão para reais	5.233	179.137	33.986	(2.704)	936.444	(501)	1.151.595
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	161.485	1.079.063	160.174	207.411	4.816.736	43.924	6.468.793

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Depreciação e amortização

É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações e benfeitorias - 10 a 50 anos
- Instalações - 5 a 50 anos
- Máquinas e equipamentos - 1 a 30 anos
- Outros - 1 a 15 anos

Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Em 2023, a Administração realizou uma avaliação a fim de determinar se existem indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável, e não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela unidade geradora de caixa ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,73%. Essas projeções baseiam-se no Plano de Negócios da Companhia, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços de *commodity*, entre outros.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Intangível

	<u>Licença portuária</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.314.731
Amortização	(88.776)
Efeito da conversão para reais	(830.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.395.499
Amortização	(127.905)
Efeito da conversão para reais	(852.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.414.859

A licença portuária é amortizada ao longo do período de concessão pelo prazo de 50 anos levando em consideração o volume operado.

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis com vida útil definida

Em 2023, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que a licença poderia estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 10, a Administração não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis com vida útil definida.

A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,73%.

12. Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aluguéis de equipamentos	6.143	3.160	6.143	3.160
Energia elétrica	5.258	2.120	5.258	2.120
Combustível	249	37	249	37
Obras em andamento	9.975	36.754	9.975	36.754
Mineradores (a)	-	-	420.795	47.921
Frete ferroviário	-	-	18.861	8.016
Máquinas e equipamentos	1.828	2.342	1.828	2.342
Seguro	610	259	610	259
Serviços	35.705	22.641	35.793	22.711
	59.768	67.313	499.512	123.320

(a) Refere-se a compra de minério de ferro de mineradores por uma de suas controladas. Com o incremento significativo no volume exportado por esta controlada, houve aumento nesta rubrica.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos por moeda

	Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contratos em dólares norte-americanos				
Principal	287.988	475.015	2.922.543	3.308.204
Encargos	42.260	2.947	1.310.232	1.151.657
Custo de transação	-	-	(17.650)	(19.698)
	330.248	477.962	4.215.125	4.440.163
Contratos em reais				
Principal	31.319	-	1.639.033	2.022.975
Encargos	6.625	9.579	-	-
Custo de transação	-	-	(112.465)	(127.971)
	37.944	9.579	1.526.568	1.895.004
	368.192	487.541	5.741.693	6.335.167

O passivo circulante de contratos denominados em dólares norte-americanos refere-se aos contratos de ACC/ACE tomados junto aos credores Daycoval, Itaú e ABC Brasil pela subsidiária Porto Sudeste Exportação e Comércio S/A, para a realização da compra do minério de ferro a ser exportado. Já o passivo circulante de contratos denominados em reais refere-se aos juros calculados até 31 de dezembro de 2023 dos contratos de financiamento com os credores BNDES e Bradesco e são devidos de pagamento em 15 de março de 2024. Adicionalmente, os passivos circulantes das dívidas em Reais e em Dólares norte-americanos também se referem às amortizações de principal trimestrais da dívida sênior a partir de março de 2024.

Os contratos de financiamento seniores com os credores BNDES e Bradesco têm seus vencimentos para dezembro de 2036, e Deutsche Bank, Natixis e BTG com vencimento para dezembro de 2029, estabelecem período de carência de principal até 31 de dezembro de 2023. Logo, não havia qualquer obrigação de pagamento de principal aos credores *seniors* até 31 de dezembro de 2023. Nesses contratos existe o método de *cash sweep* quando no caso de geração de caixa positiva no trimestre, a Administração deverá distribuir o saldo gerado como pagamento de principal aos credores seniores. Como estas amortizações estão condicionadas ao saldo futuro de caixa, sendo, portanto, um caixa ainda não realizado, as amortizações que eventualmente ocorrerão nos próximos 12 meses não constam no passivo circulante da Companhia. Para 2024 o método de *cash sweep* poderá variar conforme seu índice de alavancagem, de acordo com os contratos das dívidas, com o fator de distribuição sobre o caixa disponível podendo reduzir de 100% para 50%, sendo o restante do caixa distribuído para os próximos credores seguindo a lista de prioridade.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos por moeda--Continuação

As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	6.344.946	6.817.804	6.822.708	7.169.937
Captação	-	-	1.542.423	2.008.607
Juros apropriados	467.991	407.118	502.667	422.855
Amortização de principal	(420.596)	(308.912)	(2.126.900)	(2.179.709)
Amortização de juros	(250.565)	(284.709)	(285.077)	(298.837)
Custos de transação	17.555	18.224	17.555	18.224
Variação Cambial	(327.476)	(304.579)	(363.491)	(318.369)
Saldo final	5.831.855	6.344.946	6.109.885	6.822.708

Empréstimos por credor

Banco	Indexador/juros	Vencimento	Saldo em	
			31/12/2023	31/12/2022
BNDES	5,51% e 4,51% a.a. + IPCA	15/12/2036	650.726	777.157
BNDES	5,73% e 4,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	352.176	420.821
BNDES	3,40% e 2,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	163.679	210.406
BNDES	6,73% e 5,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	346.580	414.314
BNDES	4,40% e 3,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2029	163.815	209.856
Deutsche Bank/Natixis/BTG	4,00% e 3,50% a.a. + Sofr 3 meses	15/06/2037	554.039	699.476
Bradesco/PAV Lux	4,50% a.a. + Sofr 6 meses	15/06/2037	3.682.580	3.710.384
BTG	4,00% a.a. + Sofr 1 mês	15/12/2036	48.375	50.201
Santander	-	-	-	194.582
Citibank	-	-	-	90.065
Daycoval	11,02% a.a.	23/01/2024	9.789	7.150
Itaú	10,49% a 10,86% a.a.	26/02/2024	218.067	137.973
ABC Brasil	10,50% a.a.	29/01/2024	50.174	47.992
			6.240.000	6.970.377
Custos de transação			(130.115)	(147.669)
			6.109.885	6.822.708

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos por credor--Continuação

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ano de vencimento		
Até 1 ano	368.192	487.541
De 2 a 3 anos	333.155	347.920
De 4 a 5 anos	315.737	432.223
Acima de 5 anos	5.222.916	5.702.693
	6.240.000	6.970.377
Custos de transação	(130.115)	(147.669)
	6.109.885	6.822.708

Em 31 de dezembro de 2023, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Dívidas em US\$ - até 7,0%	48.375	74.061
Dívidas em US\$ - acima de 7,0%	4.514.649	4.863.762
Dívidas em R\$ - 6,1% até 9,3%	327.494	420.262
Dívidas em R\$ - acima de 9,3%	1.349.482	1.612.292
	6.240.000	6.970.377
Custos de transação	(130.115)	(147.669)
	6.109.885	6.822.708

Garantias e outras obrigações

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por instituições financeiras de primeira linha (fiança bancária), bem como também pelos acionistas controladores ("Standby Letters of Credit"), além da alienação fiduciária dos bens e do fluxo de caixa de recebíveis.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias e outras obrigações--Continuação

Face aos contratos de financiamentos, há obrigações financeiras e não financeiras assumidas que devem ser cumpridas. Dentre elas, podem ser destacados: (a) utilização da estruturação “*waterfall*” de contas correntes; (b) após o período de carência, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em, no mínimo, 2 vezes o valor do último pagamento de serviço da dívida trimestral; (c) após atingimento do “*Completion*” Financeiro, manutenção do “*covenant*” de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,3 para os contratos de financiamento BNDES e Bradesco e acima de 1,15 para os contratos CESCE; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais.

Não há “*covenants*” a serem atendidos em 31 de dezembro de 2023. Os “*covenants*” deverão ser atendidos a partir de janeiro de 2024, considerando as regras, prazo para cumprimento e períodos de medição de cada “*covenant*” individualmente, que pode afetar outros contratos de dívida conjuntamente devido a cláusula de “*cross default*”.

Efeito da conversão para reais

A taxa de câmbio do dólar norte-americano reduziu 7,21% no ano, passando de R\$5,2177/US\$ em 31 de dezembro de 2022 para R\$4,8413/US\$ em 31 de dezembro de 2023 impactando o saldo da dívida em dólares norte-americanos que em 31 de dezembro de 2023 representava 73,13% do endividamento total.

Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fianças bancárias. Esses custos foram lançados como redutores do passivo.

Refinanciamento da Dívida Sênior

Em 14 de abril e 02 de junho de 2021, a Companhia finalizou o 2º refinanciamento das dívidas “*seniors*” relacionadas aos contratos de financiamento junto aos credores BNDES e Bradesco, e CESCE/Natixis/BTG, respectivamente. Estes refinanciamentos incluíram, entre outros: (a) atualização do indexador de TJLP para TLP/IPCA; (b) extensão do período de carência de principal até 31 de dezembro de 2023; (c) extensão do prazo de vencimento até 15 de dezembro de 2036 (mais 7 anos) para os contratos BNDES e Bradesco, e até 15 de dezembro de 2029 (mais 6 anos) para os contratos CESCE/Natixis/BTG; (d) alteração da periodicidade de pagamento de amortização e juros de mensal para trimestral; (e) alteração do cronograma de amortizações de constante para não linear; (f) manutenção do mecanismo de “*cash sweep*” nos mesmos termos durante o período de carência e com limitadores relacionados ao nível de alavancagem e cronograma pré-refinanciamento após o período de carência, que de acordo com

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Refinanciamento da Dívida Sênior--Continuação

os contratos das dívidas, com o fator de distribuição sobre o caixa disponível podendo reduzir de 100% para 50%, sendo o restante do caixa distribuído para os próximos credores seguindo a lista de prioridade; e (g) atualização de certos indicadores e “*covenants*”, que pode afetar outros contratos de dívida conjuntamente devido a cláusula de “*cross default*”.

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Delaware LLC (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o *ticker* MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“Port11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”): um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos Port11 - sendo que cada Título Port11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”): uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, o Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

(ii) Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”)--Continuação: alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem à Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos Port11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Os detentores dos títulos Port11 têm direito à remuneração variável trimestral, nos termos definidos na escritura de emissão dos Títulos Port11 (“Royalties”), apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo Valor por Tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

onde:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de Royalties do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada pelo Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 YTD
TMMF	-	-	-	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1
TMOG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,11	-

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento da totalidade dos então *Royalties* correntes, o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até tal momento (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2023, a Porto Sudeste realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *royalties* aos detentores dos Títulos Port11.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos Port11 no Passivo, com base no Valor Presente do Fluxo de Caixa Projetado do pagamento dos *royalties*. Ou seja, o valor apresentado no Balanço Patrimonial é diferente do montante de *Royalties* Acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no Ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos Port11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no Passivo.

A mensuração desses títulos Port11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de custo do capital de 11,71% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços da *commodity*, entre outros.

Movimentação dos <i>Royalties</i>							
		Ajuste a	Efeitos	Revisão de	Efeito da		
	31/12/2022	Pagamentos	valor presente	inflacionários	premissas	conversão para Reais	31/12/2023
<i>Royalties</i>	13.768.633	-	1.617.087	338.240	3.154.896	(1.068.349)	17.810.507
Custo de emissão	(14.073)	-	-	-	-	1.014	(13.059)
Total	13.754.560	-	1.617.087	338.240	3.154.896	(1.067.335)	17.797.448

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$3.678.869 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$17.810.507 mil (comparado a US\$2.638.833 mil em 31 de dezembro de 2022, que convertidos para Reais totalizou R\$13.768.633 mil). A atualização do saldo dos títulos correspondente ao efeito do cálculo do valor presente caminhar ao longo da curva de projeção foi de US\$327.831 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$1.617.087 mil, registrados como despesa financeira para os 12 meses de 2023. As alterações de premissas operacionais nas projeções que suportam o cálculo dos títulos totalizaram R\$3.154.896 mil, de acordo com as melhores expectativas de volume e preço para o longo prazo registrados em Outras despesas operacionais, montante este, que deduzido do valor de R\$1.680 mil referente a outras receitas e despesas operacionais, totaliza o saldo de R\$3.153.216 mil registrados como outras despesas (receitas) operacionais. Os ajustes de PPI, efeitos inflacionários totalizaram R\$338.240, registrados como despesa financeira.

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$13.059 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$14.074 mil em 31 de dezembro de 2022), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ISS	10.025	4.534	14.775	7.025
INSS terceiros	403	739	403	739
ICMS	262	212	281	213
IRRF	2.113	1.394	4.092	1.394
CIDE sobre importação	471	757	471	757
PIS e COFINS	46.155	10.039	46.195	10.049
Outros	19	29	19	29
	59.448	17.704	66.236	20.206

16. Partes relacionadas

Os ativos, passivos, receitas e despesas com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Ativos</u>				
Porto Sudeste Exportação (a)	396.524	80.075	-	-
Mineração Morro do Ipê (a)	226.864	100.045	226.864	100.045
Trafigura PTE (b)	-	-	701.324	310.845
	623.388	180.120	928.188	410.890
<u>Passivos</u>				
Porto Sudeste Exportação (a)	31.342	56.670	-	-
Trafigura PTE (c)	4.323	5.242	42.503	5.242
	35.665	61.912	42.503	5.242
<u>Receitas</u>				
Trafigura PTE (b)	-	-	5.933.431	3.531.754
Mineração Morro do Ipê (a)	516.960	365.566	516.960	365.566
Porto Sudeste Exportação (a)	846.545	503.965	-	-
	1.363.505	869.531	6.450.391	3.897.320
<u>Despesas</u>				
Trafigura PTE (d)	1.040	7.905	14.170	17.975
	1.040	7.905	14.170	17.975

(a) Contratos de prestação de serviços portuários.

(b) Contratos de venda de minério de ferro com parte relacionada no exterior, mantidos através de sua Controlada Porto Sudeste Exportação.

(c) A Companhia possui penalidade pelo não cumprimento devido ao atraso na entrega e disponibilidade da carga para exportação firmados com a Trafigura Pte.Ltd. Ambos são cobrados por meio de notas de débitos, cujos pagamentos são realizados conforme acordado entre as partes.

(d) Despesas com Serviço de TI e demurrage.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

Cessão e assunção de dívida

Conforme descrito na Nota 13, o Itaú Unibanco S/A - Nassau Branch cedeu todos os seus direitos e obrigações decorrentes de contrato de empréstimo para a PAV LUX S.À.R.L., empresa do Grupo Mubadala, controlador em conjunto da Companhia. Dessa forma, a PAV LUX S.À.R.L. passa a deter 46,41% do valor total deste contrato, ou seja, US\$353.021 equivalente a R\$1.709.085 em 31 de dezembro de 2023.

Remuneração do pessoal-chave

A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no montante de R\$ 7.295 (R\$7.048 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2023.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

A tabela abaixo demonstra os créditos fiscais diferidos, líquidos, da Companhia, não registrados, entretanto, contabilmente, considerando que o Porto ainda se encontra em período de *ramp-up* e ainda sem expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impostos diferidos ativos (passivos)				
Prejuízos fiscais	3.045.560	831.984	3.067.703	854.758
Base negativa de contribuição social	1.096.402	299.514	1.104.374	307.713
Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais	81.916	122.546	81.916	122.546
Amortização da licença	128.900	100.794	128.900	100.794
Atualização dos <i>royalties</i>	(1.006.331)	452.278	(1.006.331)	452.278
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	(1.091.626)	(1.557.163)	(1.092.008)	(1.561.267)
Variação cambial sobre os <i>royalties</i> e empréstimos (b)	714.077	1.188.870	717.757	1.192.615
Outros	3.824	18.832	5.819	18.832
Total de créditos fiscais diferidos (<u>não registrados contabilmente</u>)	2.972.722	1.457.655	3.008.130	1.488.269

- (a) Considerando que a moeda funcional da Companhia é o Dólar e, ainda, a valorização do Dólar comparada ao Real em 2023, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou significativamente inferior a respectiva base contábil, gerando, portanto, um passivo fiscal diferido.
- (b) Embora a moeda funcional da Companhia seja o Dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da despesa calculada pelas alíquotas fiscais e valores no resultado do período

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(1.979)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.049.529	98.364	1.051.459	92.916
	1.049.529	98.364	1.049.480	92.916
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.848.734)	(553.637)	(4.846.755)	(553.637)
Crédito com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	(1.648.569)	(188.237)	(1.647.897)	(188.237)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	171	3.896	-	-
Juros <i>Thin Cap</i>	84.081	53.540	84.081	53.540
Ajustes de conversão do balanço em moeda funcional	514.102	445.090	514.102	443.238
Outros	686	(215.925)	1.092	(215.625)
Variação Cambial	-	-	(65)	-
Provisão para perda de estoque	-	-	1.995	-
Compensação prejuízo fiscal	-	-	(858)	-
Créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	(1.930)	-
Créditos fiscais (a)	(1.049.529)	98.364	(1.049.480)	92.916

(a) Em 2023, a Companhia apurou R\$ 1.049.481 de créditos fiscais. Deste valor de R\$ 1.051.459 não foi registrado contabilmente.

18. Provisão de contingências

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contingências tributárias	6.131	6.511
Contingências trabalhistas	2.061	990
Total de contingências prováveis	8.192	7.501

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis, as quais foram provisionadas:

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Provisão de contingências--Continuação

a) Tributárias

Refere-se, principalmente, a embargos de terceiros apresentados pela Porto Sudeste do Brasil em desfavor do Governo Federal (União) para recuperar um investimento de renda fixa (CDB) perante o Banco Itaú, que foi penhorado por uma ação iniciada pela União contra a MMX. Tal CDB foi comprado pela Porto Sudeste em conformidade a um contrato de compra de terreno celebrado pela Porto Sudeste para servir como garantia e pagamento contingente. O valor provisionado desta causa monta em R\$6.131 (R\$ 6.511 em 2022).

b) Trabalhistas

Provisões referentes a ações envolvendo ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviço através das quais pleiteiam-se verbas trabalhistas e previdenciárias diversas de 2015 a 2023, no montante atualizado de R\$2.061 (R\$990 em 2022).

c) Possível

Há 101 ações indenizatórias movidas contra a Porto Sudeste e outras quatro empresas que atuam na região por grupos de pescadores residentes na área da Baía de Sepetiba, pleiteando danos ambientais, em razão das fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021. Os processos foram inicialmente distribuídos para a 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Itaguaí.

Em resumo, os autores alegam que as atividades desenvolvidas pelas réus teriam causado danos ao meio ambiente, em especial à qualidade da água na Baía de Sepetiba, o que prejudicaria as atividades de pesca desempenhada por eles. Cada pescador requer danos materiais e danos morais, além de outros pedidos ilícitos, tais como medidas de assistência comunitária e apoio à pesca. Em caso de decisão favorável aos autores, a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária entre todos os réus. O valor total das ações é de R\$159 milhões, considerando 5 ou 3 réus em cada ação, sendo de aproximadamente R\$39 milhões o valor equivalente ao Porto Sudeste, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pelos autores na mesma proporção, o que não é garantido em razão da responsabilidade objetiva e solidária explicada acima.

Considerando que a maioria dos processos está em fase inicial, uma vez que os réus (Porto Sudeste e demais empresas) apresentaram contestação somente em 30 processos até o momento e que a parte dos processos estão sendo consolidados pelos juízos da 1ª e 2ª Varas Cíveis de Itaguaí em blocos menores de ações ou divididos em novos processos com no máximo 5 autores por ação, nossos advogados externos classificaram o risco como "possível".

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributários (a)	67.308	32.705	67.308	32.705
Cíveis	-	602	388	990
Trabalhistas	365	1.166	376	1.166
Bloqueio judicial	6.774	21.241	6.774	21.241
	74.447	55.714	74.846	56.102

- (a) Depósito em juízo mensal relativos à incidência do ICMS sobre as tarifas energéticas TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição de energia elétrica e TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia elétrica), pois, a Companhia com o auxílio dos assessores externos entende que esta tributação não é devida. Estes depósitos montam em R\$35 milhões.

Depósito judicial com o objetivo de discutir a não inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, assim como a ilegalidade dos pagamentos efetuados. A companhia realizou depósitos mensais conforme apuração para manter os valores resguardados, nos termos do art. 151, II, do CTN. Estes depósitos montam em R\$31 milhões.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2023:

Quotistas	Quantidade de quotas	R\$	%
PSA Fundo de Investimentos e Participações	1.103.528.450	3.128.143	99,35
Porto Sudeste Participações S.A. ("Grupo MMX")	6.336.766	17.963	0,57
Gaboard Participações Ltda.	876.275	2.484	0,08
Total	1.110.741.491	3.148.590	100

b) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil das variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos e resultado da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em fevereiro de 2022, o acionista Trfigura aportou, por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, R\$12.810 na Companhia como Adiantamento para futuro aumento de capital.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

c) Adiantamento para futuro aumento de capital--Continuação

Em outubro de 2022, o acionista Mubadala aportou, por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, R\$20.800 na Companhia como Adiantamento para futuro aumento de capital, que foi totalmente integralizado em 2023.

Em novembro de 2022, o acionista Trafigura aportou, por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, R\$20.800 na Companhia como Adiantamento para futuro aumento de capital, que foi totalmente integralizado em 2023.

d) Integralização de Capital

Em julho de 2022, foi integralizado o valor de R\$25.620 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital realizados em novembro de 2021 e fevereiro de 2022, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, a participação da acionista minoritária Porto Sudeste Participações (Grupo MMX) na Companhia foi reduzida de 0,60% (31 de dezembro de 2021) para 0,59%.

Em julho de 2023, foi integralizado o valor de R\$41.600 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital realizados em outubro e novembro de 2022, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, a participação da acionista minoritária Porto Sudeste Participações (Grupo MMX) na Companhia foi reduzida de 0,59% (31 de dezembro de 2022) para 0,57%.

21. Receita líquida de bens e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta prestação de serviço	1.809.722	1.294.624	963.177	790.658
Receita bruta venda minério de ferro	-	-	5.933.525	3.531.755
(-) Deduções sobre vendas				
ISS	(82.042)	(62.868)	(82.042)	(62.868)
PIS	(25.827)	(19.710)	(25.828)	(19.710)
COFINS	(118.955)	(90.784)	(118.959)	(90.784)
Outros (vendas canceladas)	-	-	(17)	-
Receita líquida	1.582.898	1.121.262	6.669.856	4.149.051

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos produtos vendidos (*)	-	-	(5.001.797)	(3.023.606)
Custos com materiais	(32.172)	(24.603)	(32.321)	(24.603)
Manutenção/Utilidade	(33.185)	(27.502)	(33.185)	(27.502)
Depreciação/amortização	(331.689)	(254.927)	(331.695)	(254.939)
Aluguel de equipamentos	(29.506)	(26.009)	(29.506)	(26.009)
Seguro	(14.446)	(13.924)	(14.446)	(13.924)
Serviços com terceiros	(77.372)	(44.378)	(77.496)	(44.296)
Demurrage	-	-	(13.130)	(10.070)
Salários	(91.877)	(68.109)	(91.887)	(68.139)
Outros	(7.149)	(5.829)	(9.737)	(7.754)
	(617.396)	(465.281)	(5.635.200)	(3.500.842)

(*) Refere-se substancialmente ao minério de ferro comprado para revenda mais custos diretos, tais como frete.

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços com terceiros	(29.842)	(34.082)	(30.531)	(34.300)
Salários e encargos	(41.240)	(43.679)	(41.240)	(43.679)
Manutenção e conservação	(2.373)	(2.214)	(2.373)	(2.214)
Depreciação e amortização	(865)	(1.975)	(865)	(1.975)
Materiais	(650)	(876)	(650)	(876)
Combustíveis/comunicação	(80)	(125)	(80)	(125)
Outros	(5.408)	(3.817)	(5.746)	(4.183)
	(80.458)	(86.768)	(81.485)	(87.352)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Juros	(471.051)	(408.526)	(531.598)	(424.267)
Impostos sobre resultados financeiros	(1.407)	(1.067)	(1.831)	(1.182)
Ajuste a valor presente sobre <i>royalties</i> (nota 14)	(1.617.087)	(1.615.844)	(1.617.087)	(1.615.844)
Efeitos inflacionários (nota 14)	(338.240)	(1.473.685)	(338.240)	(1.473.685)
Variação cambial	(687.552)	(939.231)	(775.156)	(1.202.845)
Outros	(52.384)	(48.748)	(59.160)	(49.126)
	(3.167.721)	(4.487.101)	(3.323.072)	(4.766.949)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	16.215	2.943	24.891	9.191
Variação cambial (*)	579.260	794.278	650.934	1.052.517
Outros	65	736	534	765
	595.540	797.957	676.359	1.062.473
Resultado financeiro líquido	(2.572.181)	(3.689.144)	(2.646.713)	(3.704.476)

(*) O efeito de variação cambial no resultado refere-se ao endividamento denominado em reais, considerando que a moeda funcional da Companhia passou a ser o dólar em janeiro de 2016.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e de *hedge* contratados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

Ativos financeiros	2023			2022		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (nível 2)	-	182.716	182.716	-	99.223	99.223
Contas a receber	958.061	-	958.061	464.488	-	464.488
	958.061	182.716	1.140.777	464.488	99.223	563.711

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

Passivos financeiros	2023	2022
Fornecedores	(966.733)	(123.320)
Empréstimos	(6.109.885)	(6.822.708)
Partes relacionadas	(42.503)	(5.242)
	(7.119.121)	(6.951.270)

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) é feita por meio de uma análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pela Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de risco relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até um ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de mercado e financeiros

O Grupo possui operações de serviços portuários e minério de ferro. O preço médio anual do minério de ferro se manteve estável em 2023, em comparação a 2022, principalmente, pela econômica global, que manteve a produção de aço e a demanda por minério de ferro. A Administração entende que a cotação do minério de ferro para o ano de 2024 é um risco inerente ao setor de commodities, que pode impactar os volumes e preços projetados no plano de negócios; entretanto, no longo prazo, a expectativa permanece de demanda e preço atrativos, uma vez que o aço é matéria-prima essencial ao sistema produtivo mundial.

Risco cambial

A Companhia tem transações atreladas a moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos e financiamentos. Considerando que os contratos de embarque de minério serão negociados em Dólar, a Companhia possui um *hedge* natural, motivo pelo qual com o início das operações de sua Controladora, a Administração alterou a moeda funcional para o Dólar. Contudo, elevadas flutuações na taxa de câmbio podem gerar efeitos adversos nas demonstrações financeiras.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das operações de serviços portuários.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de crédito--Continuação

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos de crédito abaixo descritos:

<u>Posições representativas do risco de crédito</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	182.716	99.223
Contas a receber	958.061	464.488
	<u>1.140.777</u>	<u>563.711</u>

26. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de USD 200,000, cobertura de responsabilidade civil geral de USD 200,000, cobertura de riscos ambientais de R\$75.000 e D&O no valor de R\$100.000.

<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>
Oscar Pekka Fahlgren - Presidente	Jayme Nicolato - Diretor-Presidente
William Kenneth Loughnan - Vice-Presidente	Guilherme Caiado - Diretor de Operações
Jesus Fernandez López - Conselheiro	Thiago Roldão - Diretor Financeiro
Hani Barhoush - Conselheiro	
Carlos Bernardo Pons Navazo - Conselheiro	
Kelly Michele Thomson - Conselheira	

Flávio Ary de Oliveira Silveira
Contador CRC-MG 095.168/O-9